

# Ministério da Economia



Versão Beta

**RADAR**  
REGULATÓRIO

JUNHO, JULHO E AGOSTO/2022

61 2027-7475  
radar.seae@economia.gov.br

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



# EDITORIAL

O Relatório Radar Regulatório é uma iniciativa do Ministério da Economia de caráter informativo acerca das ações, recomendações e políticas públicas conduzidas pela Pasta, bem como verificar a sensibilidade dos principais agentes de mercado às reformas mais importantes para a economia brasileira.

O Relatório está organizado em 5 seções: 1 – Overview Regulatório; 2 – Reformas Transversais; 3 – Reformas Setoriais; 4 – Acompanhamento das Agências Reguladoras; e 5 – Prioridades de Mercado.

A primeira seção do Radar trata do acompanhamento da convergência regulatória brasileira à OCDE, monitorada pelo indicador *Product Market Regulation* (PMR). A segunda versa sobre projetos legislativos transversais às diferentes áreas da economia brasileira. A terceira e quarta seções trazem, respectivamente, o monitoramento da nossa agenda setorial, distribuída nas propostas de reformas e inovações legislativas para alguns setores da economia e a interação do próprio ministério com as entidades reguladoras brasileiras por meio de recomendações às consultas públicas. Por fim, a quinta seção do Radar apresenta aquelas que são consideradas as reformas e os projetos prioritários para o Brasil na visão das entidades representativas do setor produtivo.

Este é um projeto em constante aprimoramento, e que por isso, sugestões são bem-vindas por meio do e-mail: [radar.seae@economia.gov.br](mailto:radar.seae@economia.gov.br)



## DESTAQUES – JUNHO a AGOSTO DE 2022



- Sancionada a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, que dispõe sobre o **Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP)**;
- Sancionada a Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que **considera bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis**, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo;
- Sancionada a Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022, para dispor sobre o transporte aéreo – **Programa Voo Simples**;
- **Protocolo Brasil-USA** Decreto nº 11092, de 8 de junho de 2022
- **Desestatização** da empresa pública Centrais Elétricas Brasileiras S/A – **Eletrobrás**
- **Realização da 7ª Rodada de Concessão Aeroportuárias**, que inclui, entre outros, o aeroporto de Congonhas em São Paulo-SP
- **Realização da Semana da AIR pela SEAE**
- **Publicação do Peer Review sobre a Reforma Regulatória Brasileira**

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

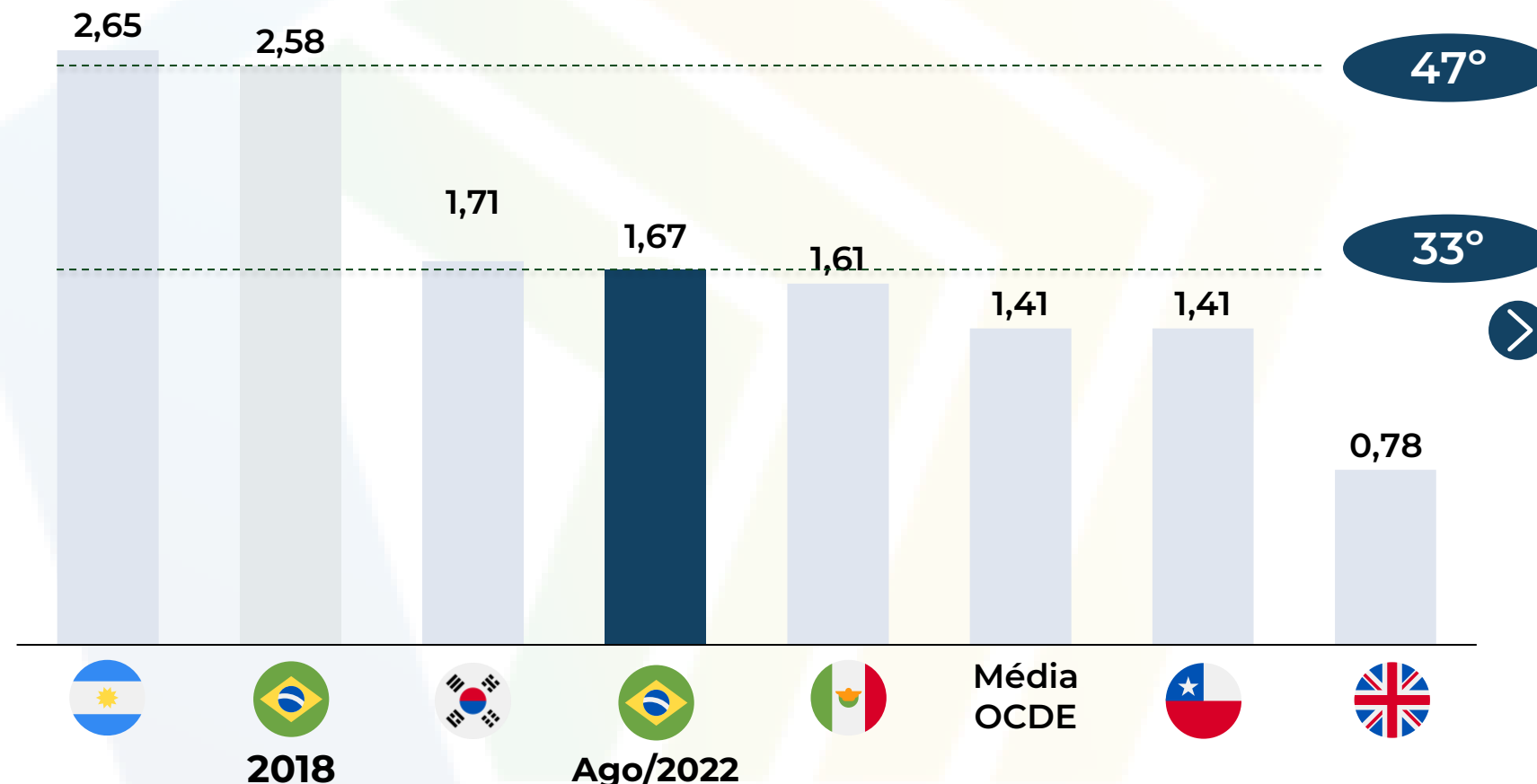
# Seção 1: Overview Regulatório

## Panorama *Product Market Regulation* - OCDE



### A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR

Estimativa baseada na análise feita pela SEAE



47°

33°



### Panorama regulamentar PMR

- **Racionalização dos regulamentos para O&G** (Lei 14.134/2021)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea** (Lei 13.842/2019)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações** (Lei 14.195/2021)
- **Nova lei da banda larga** (Lei 13.879/2019)
- **Incentivos para realizar análises custo-benefício** (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)
- **Redução da burocracia e da carga regulamentar** (Decreto 10.411/2020)
- **Novo marco legal do mercado de câmbio** (Lei 14.286/2021)
- **BR do Mar** (Lei 14.301/2022)
- **Marco Legal das Ferrovias** (Lei 14.273/2021)
- **Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal**
- **Guia de Avaliação de Resultados Regulatório (ARR)**
- **Desestatização da Eletrobrás**
- **Programa Voo Simples** (Lei 14.368/2022)
- **Protocolo Brasil-USA** (Decreto 11092/2022)

Melhorias regulatórias implementadas (até Agosto 2022)

Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

# Nos dias 21 a 24 de junho ocorreu a Semana da AIR, com a divulgação do Relatório do *Peer Review* da OCDE e do Guia de Participação Social

semana da **AIR** (Análise de Impacto Regulatório)  
Com a apresentação pela OCDE do *Peer Review* da Reforma Regulatória do Brasil.



[https://read.oecd-ilibrary.org/governance/regulatory-reform-in-brazil\\_d81c15d7-en#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/regulatory-reform-in-brazil_d81c15d7-en#page1)



<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/reg/guias-e-manuais>

Além da participação da OCDE e do BID, o evento contou com a participação de representantes dos seguintes órgãos: Confederação Nacional da Indústria (CNI), ANAC, ANVISA, ANEEL, ANTAQ, INMETRO, ANM, ANA, ANTT, ANP, TCU, Ministério de Minas e Energia, *Office of Information and Regulatory Affairs* (OIRA), Governo de Minas Gerais, Ministério da Infraestrutura, Ministério do Trabalho e Previdência Social

## Em julho foram promovidos os seguintes Workshops

### Concorrência no Setor de Biocombustíveis

**Data:** 05/07/2022

**Hora:** 14h30 às 16h30

**Local:** Evento Online

*Link a ser disponibilizado posteriormente*

Entidades Convidadas:



Ministério de Minas e  
Energia

### TCC do Refino: Etapas cumpridas e próximos passos

**Data:** 07/07/2022

**Hora:** 14h30 às 16h30

**Local:** Evento online

*Link a ser disponibilizado posteriormente*

Entidades Convidadas:



Ministério de Minas e  
Energia

### Regulação de Criptoativos

**Data:** 11/07/2022

**Hora:** 14h30 às 16h30

**Local:** Evento online

*Link a ser disponibilizado posteriormente*

Entidades Convidadas:





Em 30 de agosto aconteceu o 6º Encontro de Reguladores Federais



6º Encontro de  
**Reguladores  
Federais**

*Disseminando boas práticas regulatórias*

**Apresentações:**

Protocolo Brasil-EUA –  
Anexo de Boas Práticas  
Regulatórias (Anexo  
II do DECRETO N° 11.036,  
DE 7 DE ABRIL DE 2022)

Censo de Reguladores

Programa de Selos de  
Qualidade Regulatória

Peer Review of the Brazilian  
Regulatory Reform:  
Recommendations to Brazil  
and the relevance of having  
a single, high-  
level document

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento

- Em discussão no Executivo   Enviado ao Congresso   Casa Iniciadora   Casa Revisora   Retorno à casa iniciadora (caso necessário)   Aguardando Sanção   Análise de Vetos (caso necessário)   Fim dos trâmites

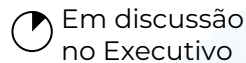
Reforma	Origem	Descrição	Andamento
<b>Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais</b>	PL 3.203/2021	Redução de benefícios tributários para que estes alcancem, ao final de oito anos, patamar igual ou inferior a 2% do PIB	Casa Iniciadora
<b>PEC dos Fundos Públicos</b>	PEC 187/2019	Propõe extinção de fundos públicos criados até 31/12/2016, caso não sejam ratificados por meio de lei complementar específica	Casa Revisora
<b>Reforma Administrativa</b>	PEC 32/2020	Altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	Casa Iniciadora

## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento



Reforma	Origem	Descrição	Andamento	
<b>Reforma Tributária I</b>	PEC 45/2019	Criação do IBS a partir da substituição de cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS	Casa Iniciadora	
<b>Reforma Tributária II</b>	PEC 110/2019	Criação IBS a partir da substituição de nove impostos, além de alterações em outros tributos, tal como o IR	Casa Iniciadora	
<b>Reforma Tributária III</b>	PL 3.887/2020	Criação da CBS a partir da substituição do PIS e Cofins	Casa Iniciadora	
<b>PL da Regulação do Lobbying</b>	PL 4.391/2021	Regulamenta e dá mais transparência à atividade de lobby no Brasil	Casa Iniciadora	

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# Setor Transportes



HYUNDAI **RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### Privatização Porto de Santos

Cessão onerosa do Porto Organizado de Santos, por meio de contrato de concessão.

- Finalizado o processo de consulta pública, o Minfra deverá enviar ao TCU o projeto de modelagem da desestatização.
- Previsão do acordo do TCU, publicação do edital e realização do leilão para o 2º semestre de 2022

- Viabilização dos investimentos requeridos em ampliação de capacidade e modernização.
- Redução do custo portuário e melhoria da qualidade dos serviços prestados.



#### Privatização da Ferroeste

Cessão onerosa da Estrada de Ferro Paraná OESTE S/A, por meio de contrato de concessão.

- IBAMA realizou Audiências Públicas sobre relatório de impacto ambiental da Ferroeste em municípios do PR e MS entre os dias 16 e 27/05. Após a conclusão dessa fase, o passo seguinte é a aprovação do EIA e licenciamento.

- Investimentos previstos da ordem de R\$ 8,7 bilhões.
- Redução do custo do frete para o escoamento da produção.
- Melhoria da estrutura logística para o escoamento da produção agrícola do Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul.



#### Rodada de Licitação de Aeroportos



7ª Rodada é dividida em 3 blocos: (i) Blocos Norte II: Belém; Santarém, Carajás, Altamira e Macapá; (ii) Bloco RJ-MG: Jacarepaguá, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba; e (iii) Bloco SP-MS: Congonhas, Campo de Marte, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

- O leilão foi realizado na B3, em São Paulo, no dia 18 de agosto de 2022. Os contratos devem ser assinados no 4º trim/22.

- Investimentos totais previstos de R\$ 7,3 bilhões.
- Aumento da quantidade de voos realizados nestes aeroportos, com o consequente incremento concorrencial



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes



### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### Resolução ANTT de Regulamentação do TRIIP

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Processo de adequação da Regulamentação da Lei nº 12.996/2014, que estabeleceu a abertura de mercado para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip).

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Publicada no site da ANTT a Audiência Pública nº 06/2022, sobre a proposta de regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, sob o regime de autorização. Prazo para envio de contribuições: de 08/07 a 22/08. AP em análise pela Seae.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Consolidação da abertura de mercado e a livre concorrência no mercado de transporte rodoviário de passageiros.
- Efeitos positivos esperados sobre o aumento da oferta do serviço, melhoria do nível de qualidade do serviço e redução de preços das passagens de ônibus.



# Setor Óleo e Gás



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### Medidas Provisórias 1.063/2021 e 1.069/2021 (Arranjos comerciais)



#### Projetos de Lei 3.178/2019 e 5.007/2020 (Reestruturação do Regime de Partilha)

#### Revisão das Resoluções ANP 37/2013, 51/2013 e 52/2011 (Regulação da Nova Lei do Gás)

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Permite a venda direta por produtor ao posto revendedor de etanol hidratado combustível.

Revisão do regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e estratégicas

- Revisão das normas regulatórias para ampliação da capacidade de transporte.
- Revisão da dinâmica de comercialização de gás natural.

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Sancionada a Lei nº 14292 de 2022, que trata da comercialização de etanol diretamente ao revendedor
- Sancionada a Lei nº 14.367 de 2022, que promove ajustes na cobrança de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a cadeia de produção de Etanol
- PL 3.178/2019: Comissão de Serv. de Infraestrutura do Senado Federal, matéria com a relatoria
- PL 5.007/2020: Comissão Des. Econômico, Ind., Com. e Serv., da Câmara dos Deputados, em regime de urgência
- Temas em estudo e desenvolvimento da regulamentação pela ANP e outros órgãos do Poder Executivo. Previsão de Consulta Pública: ago/22 (R. ANP 37/2013) e abr/22 (R. ANP 51/2013 e 52/2011).

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Redução dos custos de transação e redução do preço ao consumidor final.
- Aumento do investimento; e geração de emprego e renda com ampliação do número de *players*.
- Aumento dos investimentos e redução de preços ao consumidor final.

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no mercado de gás natural e no mercado de refino

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Monitoramento das ações de desinvestimento, acesso de terceiros às infraestruturas essenciais e outros compromissos firmados no TCC celebrado entre CADE e Petrobras no mercado de gás natural e no mercado de refino.

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- TCC Gás Natural: 80,49% implementado
- TCC Refino: em acompanhamento pelo CADE.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Redução do preço da molécula de gás e do preço do produtor de derivados de petróleo; e
- Aumento de investimento e geração de emprego e renda

# Setor Elétrico



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Elétrico

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Desestatização da Eletrobras



### PL 414/2021 (PLS 232/2016): novo marco do Setor Elétrico

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União

O PL aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, com vistas à expansão do mercado livre, dentre outras alterações..

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Aumento de capital social e venda de ações concluída na primeira quinzena de junho/2022.

- Comissão Especial instituída na Câmara dos Deputados em 31/05/2022 e prazo encerrado em 14/06/2022 para apresentação de emendas. Foram apresentadas 103 emendas.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Fortalecimento da capacidade de investimento da empresa, e possibilidade de modicidade tarifária, face ao aporte de parte dos recursos da desestatização à CDE.

- Incentivo à concorrência devido à liberdade de escolha na compra de energia elétrica pelos consumidores. Essa política já é adotada por países como Japão, Alemanha, Coreia do Sul, França e Reino Unido.



# Setor Financeiro



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PL 4.188/2021 (Novo Marco Legal de Garantias)

Institui o serviço de gestão especializada de instrumentos de garantias móveis e imóveis, que será realizado por Instituições Gestoras de Garantia – IGG e regulado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

- PL encontra-se no Senado Federal, após ter sido aprovado na Câmara dos Deputados.

- Potenciais ganhos de escala e escopo desse serviço, tornando mais eficiente o uso de garantias no processo de concessão de crédito.



#### MP 1.085/2021



Cria e regulamenta o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).

- Convertida na **Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022**, publicada no DOU do dia 28/06/2022.

- Proporcionar maior publicidade e segurança para o uso de bens móveis como garantia em operações de crédito.
- Promover redução de prazos para emissão de certidões e registros de escrituras de compra e venda de imóveis.



#### PL 2.646/2020: Debêntures de Infraestrutura

Reduz a alíquota do IR incidente sobre as operações com emissão de debêntures de infraestrutura, cujos recursos captados serão destinados à implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação

- No Plenário do Senado Federal

- Incentivo fiscal é usufruído pelo emissor da debênture, e não pelo comprador do título, o que supostamente ensejaria a possibilidade de emissão do papel a uma taxa mais elevada.
- Potencial de aumento da atratividade desse tipo de debentures pelos fundos de pensão, que já são isentos de impostos.



# Setor Tecnologia



**RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### **PL 3.832/2019: revisão da Lei do SeAC (TV por assinatura)**

- Retirada de restrições a verticalizações no setor
- Retirada de restrições a investimentos
- Segurança jurídica para o VoD

- Atualmente no Plenário do Senado Federal.

- Aumento dos investimentos em produção e distribuição de conteúdo audiovisual

#### **PL 21/2020: marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA)**

- Estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a IA
- Adota princípios e recomendações da OCDE para IA que o Brasil endossou

- Aprovado na Câmara dos Deputados em 30/09/2021 e atualmente no Plenário do Senado.

- Aumento dos investimentos na adoção de inteligência artificial, com repercussões positivas na produtividade e digitalização da nossa economia

#### **PL 8.518/2017: Silêncio positivo para infraestruturas de telecom**

- Regulamenta a aprovação tácita por decurso de prazo para infraestruturas de telecomunicações.
- A requerente ficará autorizada, em caráter precário, a realizar instalação caso o prazo de tramitação tenha decorrido sem decisão definitiva do órgão competente.

- Aprovada na Câmara dos Deputados em 10/05/2022 e encaminhada para o Senado Federal.

- Desburocratização e consequente aumento dos investimentos em antenas, essenciais para a massificação do 5G no país

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### MP 1.077/2021: Programa Internet Brasil



Programa no âmbito do Ministério das Comunicações, promove o acesso gratuito à internet em banda larga móvel às famílias do Cad Único, especialmente aos alunos da educação básica da rede pública

- Convertida na **Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022**, publicada no DOU do dia 26/05/2022.

- Apoio a políticas públicas relacionadas a conectividade;
- Viabiliza ensino à distância na rede pública;
- Medida de proteção social, associado a educação e emprego à distância para os mais vulneráveis.



#### PL 8.889/2017: Provisão de conteúdo audiovisual por demanda (“CAvD”)

Aplicação de normas do mercado de SeAC para o mercado de CAvD (Vídeo on Demand - VoD).

- Aguardando constituição de Comissão Temporária pela Mesa da Câmara dos Deputados.

- Aumento de distorções no mercado.
- Ampliação dos custos operacionais.
- Desincentivo ao ambiente competitivo.
- Excesso de regras ao setor.

# Setor Saúde



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Precificação de novos medicamentos

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Revisão da Resolução CMED nº 2/2004, que estabelece critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações de medicamentos

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Contratação de consultoria para elaboração de AIR. Edital publicado em 06/06/2022.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Aperfeiçoamento do modelo de precificação da inovação;
- Simplificação dos procedimentos e critérios utilizados na precificação de medicamentos.

### PL nº 1.998/2020

Autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional.

- Aguardando apreciação no Senado Federal.

- Garantia da manutenção da telemedicina, mesmo após o fim da pandemia.
- Aumento da oferta de serviços de saúde.
- Criação de novos modelos de negócios.

# Setor Recursos Naturais



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PL 2.159/2021: Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente

- Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

- Potencial aumento do fluxo de investimentos em importantes setores da economia



#### PL 5.518/2020: Concessões Florestais

Reduz barreiras regulatórias que dificultam a exploração sustentável das florestas e aumenta a atratividade das concessões florestais por meio da permissão de receitas acessórias

- Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, de onde deve seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara.

- Aumento da área florestal concedida
- Redução do desmatamento na Amazônia
- Melhoria da situação econômica das comunidades próximas às áreas concedidas



#### PL 2.148/2015 (e apensados): Mercado de Carbono

Institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País

- Plenário da Câmara dos Deputados

- Incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa
- Melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil
- Valorização dos ativos ambientais brasileiros



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PLS 495/2017: Mercado de água

Introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos

- Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

- Melhora a gestão de crises hídricas e contribui para a redução dos conflitos pelo uso de recursos hídricos

#### PL 6.539/2019: Política Nacional de Mudança do Clima

Atualiza a Política Nacional sobre Mudança do Clima e cria o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde

- Tramita na Casa Revisora (Câmara dos Deputados)

- Atualiza os compromissos ambientais do Brasil: o desmatamento ilegal zero será atingido até 2030; a neutralidade de emissões de GEE o será até 2050
- Define o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima como instância máxima na agenda



#### PLS 510/2021 (PL 2633/2020): Regularização Fundiária

Amplia o alcance da regularização fundiária

- Tramita na Casa Iniciadora (Senado Federal), simultaneamente na Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
- Já recebeu 132 emendas.

- Promove o fomento da produção, principalmente para os pequenos agricultores.
- Reduz a violência no campo e o desmatamento criminoso de florestas.



# Setor Serviços Profissionais



**RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Serviços Profissionais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### PL 1.024/2020: Concorrência nas grandes obras de engenharia

#### PL 2.482/2020: Modernização do processo de revalidação de diplomas

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

- Adota o silêncio positivo para o registro de profissionais
- Retira critérios de escassez de profissional e interesse nacional para a contratação de engenheiros estrangeiros
- Retira obrigação das empresas que contratam profissionais estrangeiros de manter junto a eles assistente brasileiro

- Possibilita que instituições de ensino superior particulares possam revalidar diplomas.
- Estabelece processo de revalidação ou reconhecimento simplificados, com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias.

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Substitutivo apresentado na CTASP/CD

- Aprovado no Senado Federal
- Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Maior concorrência no mercado de engenharia  
Maior celeridade para o registro de profissionais, desburocratizando os investimentos em grandes obras

- Desburocratização do processo de revalidação de diplomas

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a área técnica está atuando junto às Agências Reguladoras

## Agência

## Consulta

## Recomendação da área técnica



**CP 27/2021:** revisão de norma que regula o acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

A eliminação i) da obrigação de constituição societária cujo objeto principal seja a operação logística de terminais; ii) das restrições à forma de contratação de terceiro interessado, como a exigência de oferta pública prévia e limite máximo de prazo de contrato no caso de terceiro interessado majoritário; e iii) da revisão da preferência do proprietário. Para terminais que não são TUP (presentes em portos organizados), recomendou-se a não extensão para estes da preferência do proprietário prevista na Lei do Petróleo.



**CP 11/2022:** obter subsídios e informações adicionais sobre minuta de resolução que revisa as especificações dos óleos diesel S10 e S500 de uso rodoviários.

Constata-se, então, que a regulamentação deve proporcionar uma inserção mais competitiva dos novos biocombustíveis no mercado de combustíveis renováveis, com vistas a endereçar problemas concorrenciais que estão presentes no mercado de biodiesel. De modo mais específico, sugere-se que a regulamentação: i) permita que a parcela renovável do diesel coprocessado e o diesel verde concorram com tipos diferentes de biodiesel; ii) incentive a concorrência entre diferentes tipos de tecnologias na produção do biodiesel; e (iii) permita que o mercado revele o combustível mais eficiente e aderente às preferências do consumidor.



**CP 019/2021:** obter subsídios para revisar regras de alocação e monitoramento do uso da infraestrutura aeroportuária e de minuta de decisão exemplo de declaração de aeroporto coordenado nível 4.

1. Avaliação de medidas que visam aumentar a contestabilidade.
2. Avaliação de medidas que podem vir a aumentar a capacidade aeroportuária.

# Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



## Agência

## Consulta

## Recomendação SEAE



**AP 07/2021:** colher sugestões às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovias e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que visam a concessão para exploração da BR-040/RJ MG e BR-495/RJ.

- 1- Avaliação de medidas que podem reduzir o valor da tarifa com uma gestão mais eficiente dos riscos cambiais.
- 2- Avaliação de medida que possibilite o atingimento da menor tarifa cobrada dos usuários



**AP 18/2021:** certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária localizada dentro da poligonal do Porto Organizado de Santos/SP, denominada STS53 (granéis sólidos minerais, especialmente adubos fertilizantes e sulfatos)

- 1 - suprimir a obrigatoriedade de liderança de empresas brasileiras, em caso de consórcio com empresas estrangeiras; 2 - obrigatoriedade de constituição de SPE para o futuro arrendatário; 3 - limitar as hipóteses e o prazo de prorrogação contratual para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, pelo prazo de até 5 anos; 4 - instituir o reequilíbrio nos casos em que eventual alteração do PBI; 5 - contratação de seguro no caso de riscos de caso fortuito ou força maior; 6 - condição prévia para o pagamento pelo Poder Concedente diretamente aos Financiadores, mediante dedução de parte da indenização devida à Arrendatária, a emissão de quitação plena, por parte do credor e do arrendatário; 7 - incluir como requisito ao processo de arbitragem a existência prévia de decisão administrativa e os respectivos recursos no âmbito da agência reguladora



**AP 01/2022:** Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório referente à concessão do Porto de Santos/SP.

- Incluir o critério de menor tarifa, previsto no art. 6º da Lei nº 12.815, de 2013, para que a melhor proposta permita também redução de custos na prestação de serviços aos usuários;
- Adoção de procedimentos de avaliação prévia de concentração de mercado pela Autoridade Portuária, por ocasião da intenção de assinatura de contratos com terceiros exploradores de instalação portuária;
- Explicitar todos os riscos atribuíveis aos arrendatários, de forma a evitar subjetividade na interpretação de condições aplicáveis à alocação de riscos de casos fortuitos ou força maior.

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**AP 03/2022:** Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das propostas de atos normativos relativos ao Tema 3.1 da Agenda Regulatória da ANTAQ, biênio 2020/2021, que versa sobre "Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras.

Minuta de Parecer contendo as seguintes contribuições:

- i) estabelecer prazos para manifestação conclusiva das partes;
- ii) instituir progressividade das multas a serem aplicadas, visando a coibir a prática reiterada de abusividades.

Quanto ao prazo de vigência das propostas, recomenda-se à Antaq observar o disposto no Decreto nº 10.139/2019.



**AP 06/2022:** Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório para o arrendamento de instalação portuária localizada no interior da poligonal do Porto Organizado de Santos, destinada à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas, denominada STS10

- Limitação do prazo de prorrogação do contrato para até 5 anos, limitado às hipóteses de necessidade de reequilíbrio;
- Incorporação entre os mecanismos de julgamento da proposta, além do valor de outorga, em linha com o possibilitado pela Lei nº 12.815/13 e a otimização do bem-estar do consumidor;
- Recomendação de utilização das normas, práticas e jurisprudência do CADE na análise de Atos de Concentração do setor portuário para avaliação concorrencial após a assinatura do Contrato de Arrendamento e utilização de restrições de participação, aplicáveis por fases, para evitar concentrações horizontais e verticais.

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**TS 4:** reavaliação da norma de Exploração de Linha Dedicada, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15/06/2012, objeto do item 11 da Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

Garantir que a regulação assimétrica, típica do PGMTC, seja efetiva e contemple mercados que ensejem de fato problemas competitivos, principalmente com reflexos no downstream.



**CP 01/2021:** - acerca da minuta de Resolução que consolida as regras relacionadas ao "Cadastro Nacional do Primeiro Adquirente de Bem Mineral Proveniente do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira".

Que a a resolução objeto desta consulta pública, ou outro ato normativo da agência reguladora, explicita as regras e procedimentos de aplicação e dosimetria das penalidades descritas na minuta, bem como os procedimentos e prazos para apresentação de recursos pelo agente penalizado.



**CP 01/2022:** regulamentação da relação de informações que constitui o rótulo padrão que deve ser empregado para as águas minerais e potáveis de mesa envasadas.

Que a ANM (i) reconsidere a supressão do procedimento de aprovação prévia do rótulo; (ii) estabeleça o quantitativo mínimo de elementos predominantes na água; (iii) mantenha as informações quanto ao prazo de validade; (iv) adote nomenclatura mais simplificada quanto à informação sobre a presença ou não de gás, similar à adotada pela Resolução Anvisa nº 274, de 22 de setembro de 2005; (v) mantenha no rótulo as informações referentes à classificação da água e endereço da fonte; (vi) consulte o Ministério das Minas e Energias acerca de eventual conflito entre a proposta de resolução e a Portaria MME nº 470/99; (vii) consolide numa só norma os regulamentos relativos às águas minerais; (viii) referencie no art. 10 da minuta as demais normas aplicáveis à rotulagem de competência de outros órgãos; (ix) insira expressamente na minuta de resolução as estratégias a serem adotadas pela agência e que já constam na análise de impacto regulatório feita pela agência.

# Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

## Agência

## Consulta

## Recomendação SEAE



**CP 39/2021:** Obter subsídios para o aprimoramento do relatório de Análise de Impacto Regulatório – AIR que trata do aprimoramento da regulação relacionada às Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e às Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição para centrais de geração conectadas em 88 kV e 138 kV – TUSDg.

SEAE e SDI emitiram nota conjunta recomendando maior aprofundamentos dos estudos para implementação de nova metodologia para o cálculo da TUST no que se refere à intensificação do sinal locacional. Em relação a proposta de correção da TUST para geradores, recomendou-se adoção de regra transitória até que seja definida nova metodologia de correção da TUST para geradores, inclusive com maior clareza sobre os benefícios para o consumidor da proposta.



**CP 3/2022:** Minuta de Resolução que dispõe sobre Medidas Prudenciais Preventivas destinadas a preservar a estabilidade e a solidez do Sistema Nacional de Seguros Privados, do Sistema Nacional de Capitalização e do Regime de Previdência Complementar

Foram identificados aspectos anticoncorrenciais em potencial e detectados elementos de onerosidade regulatória com impacto concorrencial, mercedores da devida análise de impacto regulatório. Observou-se que seria prudente que a Susep refletisse sobre o alto grau de discricionariedade contido na Minuta proposta, além da ausência de ponderação das medidas em função da segmentação de mercado existente e da não fixação de prazos limites em diversos dispositivos da proposta. A Seae entendeu ser conveniente a realização prévia de análise de impacto regulatório, nos termos do Decreto 10.411/2021, com a devida reabertura do prazo da Consulta Pública. Em análise na Susep.

### Legenda:

CP: Consulta Pública

AP: Audiência Pública

TS: Tomada de Subsídios

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5



# Seção 5

Seção dedicada a listar as **reformas e inovações legislativas prioritárias no ponto de vista do mercado**

Entidades representativas, inscritas no Radar, foram convidadas a apontar quais são as reformas prioritárias sob sua análise

O resultado pode ser encontrado nas páginas seguintes, no qual foram **listadas as Top 6 reformas mais citadas, com suas respectivas considerações também apresentadas por essas instituições**

## Entidades que contribuem com o Radar Regulatório



Quer contribuir com o Radar? Solicite sua inscrição por meio do email: [radar.seae@economia.gov.br](mailto:radar.seae@economia.gov.br)

# Seção 5: Prioridades do Mercado (Agosto/2022)<sup>1</sup>

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

1

## Reforma Tributária

Simplificação do sistema atual, redução dos custos e eliminação de assimetrias para contribuir para o aumento da competitividade e melhoria no ambiente de negócios



Pelo décimo mês seguido, o mercado aponta como sua maior prioridade a simplificação tributária brasileira

2

## Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

O mercado de carbono pode fomentar avanços na direção de uma economia de baixa emissão, além de representar muitas oportunidades para o setor produtivo brasileiro



Ampliando ainda mais sua importância entre os principais stakeholders do mercado e alinhado às prioridades do governo, a Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões figura empatado com a Reforma Tributária no topo.

3

## Debêntures de Infraestrutura

As debêntures de infraestrutura são um novo instrumento para estimular o financiamento privado na infraestrutura brasileira



Incluído na Agenda Prioritária do Governo, as Debêntures de Infraestrutura consolidadas no PL 2.646/2020 propõe uma alternativa para financiamento de grandes obras pelo país, reduzindo o “Custo Brasil”

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

## Seção 5: Prioridades do Mercado (Abr/2022)<sup>1</sup>

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

4

### Acesso ao Crédito

Facilitar o crédito e regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito contribuem para a redução de custos das empresas e possibilitam o aumento no fluxo de investimentos.



A temática entrou no *top 5* em junho e se manteve até o mês de agosto.

5

### Reforma Administrativa

Revisar o papel do setor público, de forma a otimizar recursos, promover a meritocracia e focar na gestão eficiente são pontos de partida para uma reforma administrativa exitosa

Em conjunto com a Reforma Tributária, a Reforma Administrativa é apontada como uma das maiores prioridades para o mercado brasileiro

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

**Contribua com a construção  
do Radar: envie dúvidas,  
sugestões e contribuições  
por meio do email:  
radar.seae@economia.gov.br**



JUNHO/2022

61 2027-7475

radar.seae@economia.gov.br

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

